O TRABALHO E A SAÚDE NA CULTURA CONTEMPORÂNEA

Francisco Paes Barreto*

Apresentarei, de início, uma oposição entre o Direito e a Psicanálise. O pensamento jurídico é permeado por uma pergunta: O que leva um homem a tornar-se antissocial? As formalizações psicanalíticas, por sua vez, também são instigadas por uma pergunta, que, entretanto, é o inverso da primeira: O que leva um homem a tornar-se social? A diferença é eloquente. Revela-nos que as duas disciplinas têm pontos de partida diversos. Para o Direito o homem é, em princípio, um ser social. A Psicanálise, pelo contrário, não considera que o homem seja, em princípio, um ser social. Vou deter-me nesse aspecto.

FREUD E A CULTURA

Freud despreza qualquer separação entre o conceito de cultura e o de civilização, e afirma que ela designa a soma das produções e instituições que distinguem claramente nossa vida da de nossos antecessores animais. Entre as suas finalidades, duas se destacam: dominar a Natureza, extraindo dela os bens para satisfazer as necessidades humanas, e regular as relações dos homens entre si, especialmente no que se refere à distribuição dos bens conseguidos. Ao longo da história, o objetivo de dominar a Natureza tem alcançado êxitos inegáveis, mas, às expensas de elevado preço. A questão é que a cultura repousa na imposição coercitiva do trabalho e na renúncia à satisfação das pulsões (sexuais e destrutivas), sacrifícios que cada homem experimenta como peso intolerável, e que faz dele, virtualmente, um inimigo da civilização. A imposição é inevitável, devido a duas características amplamente difundidas entre os homens: a falta de amor ao trabalho e a ineficácia dos argumentos contra as paixões. Ou seja, as massas não aceitam espontaneamente os esforços e privações imprescindíveis à perduração da cultura. Justifica-se, assim, a impressão de que a civilização é algo que foi imposto a uma maioria contrária a ela por uma minoria que soube se apoderar dos meios de poder e coerção.¹

Além das restrições dirigidas a todos os componentes da cultura, existem outras, que somente atingem determinadas classes sociais. Está aí novo foco de revolta: quando a satisfação de certo número de seus participantes tem como premissa a opressão da maioria - e assim ocorre em todas as civilizações atuais -, é compreensível que os oprimidos desenvolvam intensa hostilidade contra a civilização que eles mesmos mantêm com seu trabalho, mas de cujos bens não desfrutam senão em pequena proporção. É uma hostilidade tão patente que tem impedido os observadores de ver aquela que veladamente existe também nas classes mais favorecidas.²

* Psiquiatra e psicanalista, A.M.E. da Escola Brasileira de Psicanálise.

¹ FREUD, S. (1968) *El porvenir de una ilusión* (1927) (p. 73-74). In: *Obras completas*. Vol. II, Madrid: Editorial Biblioteca Nueva.

² *Idem, ibidem*, p. 77.

Em que pese o tributo que se paga à civilização, aspirar à sua supressão seria, no entanto, prova de profunda ingratidão e acentuada miopia. Sem ela, o que resta é a lei do mais forte, em detrimento do Direito. O primeiro requisito cultural é o da justiça, a segurança de que a ordem jurídica não será violada a favor de um indivíduo.³

Para Freud, em suma, todos os homens carregam tendências destrutivas - antissociais e anticulturais - de tal modo que, para a psicanálise, o problema a ser esclarecido é como chegam a se tornar sociais. Formulando em outras palavras, trata-se de saber que defesas a civilização utiliza, ou seja, que meios de coerção ela dispõe e que meios procuram reconciliá-la com seus componentes, compensando-lhes seus sacrifícios.

Uma das mais preciosas conquistas da cultura foi a gradual transformação da coerção por agentes externos em coerção por um agente interno, o supereu. Ao longo da história da humanidade, e de cada um em particular, os mandamentos culturais - inicialmente impostos como exigências de outros - tornam-se interiorizados, convertendo-se em exigências de uma instância psíquica do próprio sujeito. O supereu é o representante da lei paterna, que sela a renúncia à satisfação pulsional. Enquanto autoridade interior, onipresente, não faz diferença entre desejo e agressividade simplesmente intencionados e efetivamente realizados. Ou seja, tanto a intenção como o ato são responsáveis por sentimento de culpa, vivido como mal-estar inexplicado. O mal-estar na civilização, por conseguinte, é a perda de felicidade por aumento da culpabilidade.⁴

Um segundo e poderoso fator, um dos que com maior êxito neutraliza a hostilidade adversa, é a criação de ideais culturais. Todos os elementos de uma determinada cultura ou unidade cultural saem beneficiados. Mesmo os mais oprimidos são compensados pela satisfação narcísica de poder depreciar os que não pertencem à sua cultura. Caio é um mísero plebeu sufocado pelos tributos, mas também é um romano, e participa da grande tarefa de dominar outras nações e impor-lhes leis. Os oprimidos podem identificar-se com a classe que os oprime e explora, podem sentir-se efetivamente ligados aos seus opressores e, apesar de sua hostilidade, ver em seus senhores seu ideal. É esse o motivo pelo qual certas civilizações têm-se conservado por tanto tempo, malgrado a justificada revolta de grandes massas de homens.⁵

Defronta-se, a essa altura, com um terceiro fator, que constitui o elemento mais importante do inventário psíquico de uma civilização: as suas representações religiosas. Trata-se de um acervo de convicções, cuja finalidade é proteger os homens contra os perigos da natureza e do destino e contra os danos da própria vida em sociedade. Assim se identifica Deus a um pai todo-poderoso e onipresente, capaz de amenizar o insuportável sentimento de impotência e desamparo - legado da infância de cada um e da infância da própria espécie humana. Historicamente, observa-se que, no início, os deuses colaboravam com os homens no que se refere

³ FREUD, S. (1968) *El malestar en la cultura* (1930) (p. 25). In: *Obras completas*. Vol. III, Madrid: Editorial Biblioteca Nueva.

⁴ *Idem, ibidem*, p. 55.

⁵ FREUD, S. (1968) *El porvenir de una ilusión*. *Op. cit.*, p. 77.

ao controle das forças da natureza. Houve, com o tempo, um deslocamento da ênfase. A principal tarefa divina passou a ser o nivelamento dos males da civilização; o cuidado dos padecimentos que os homens infligem uns aos outros e a fiscalização do cumprimento dos preceitos culturais, a que os homens obedecem de modo tão imperfeito. Os preceitos foram apresentados como de autoria do próprio Deus e obtidos graças à revelação.

Para Freud, a religião ajuda o homem, mas do mesmo modo que o faz a neurose. Há mesmo grande semelhança entre elas. Ambas derivam-se do relacionamento com o pai, e o cabedal de suas ideias inclui não apenas realizações disfarçadas de desejos como também importantes reminiscências históricas. É como se a neurose fosse uma religião individual, ou como se a religião fosse uma neurose obsessiva universal. A civilização teria dado um grande passo se, em vez de encarar os preceitos culturais como mandamentos divinos, reconhecesse honestamente sua origem puramente humana. Junto com sua pretensa santidade, eles perderiam também sua rigidez e imutabilidade. Em vez de sua abolição, seria procurado o seu aperfeiçoamento. Um grande avanço no caminho que leva à reconciliação com o fardo da cultura.⁶

Quando Freud propõe que os mandamentos culturais sejam reconhecidos como de origem humana, para torná-los passíveis de flexibilização e aprimoramento, não há dúvida de que está atribuindo grande importância à ordem jurídica, que teria assim papel fundamental na conciliação do sujeito com a cultura. O fundador da psicanálise descortina a perspectiva, mas não se encanta com ela. Mostra-se cauteloso diante do grande obstáculo à civilização, que é a tendência constitucional dos homens a agredir-se mutuamente. O cristianismo tenta mascarar a dura constatação com o mandamento “Amarás a teu próximo como a ti mesmo”, ingênuo e irrealizável. Outro dado inquietante é a verificação de que a humanidade progrediu tanto no domínio das forças elementares que se tornou capaz de destruir a si própria e ao seu ambiente natural.

FREUD E A CULTURA (CIVILIZAÇÃO)

PILARES DA CULTURA	RECONCILIAÇÃO DO HOMEM COM A CULTURA
Imposição coercitiva do trabalho Renúncia às pulsões (sexuais e destrutivas)	Criação do supereu Formação dos ideais culturais Representações religiosas Ordem jurídica

⁶ *Idem, ibidem*, p. 92.

A SUBJETIVIDADE DE NOSSA ÉPOCA

Em que a cultura contemporânea é diferente daquela em que Freud viveu?

Um primeiro aspecto a ser ressaltado é o declínio ou mesmo a dissolução da moral sexual civilizada. Está diante de nossos olhos a decadência da interdição, isto é, a permissividade ou a tolerância social no que concerne à satisfação das pulsões. A emancipação das mulheres e a liberação dos costumes entraram tão decisivamente no cotidiano de nossas vidas que fizeram mergulhar no passado remoto as descrições freudianas sobre o recalque da sexualidade. Época em que causava escândalo a simples afirmação da existência da sexualidade infantil. Jacques-Alain Miller propõe, de forma divertida, que, se aquela foi denominada era vitoriana, a nossa poderia ser a era clintoniana.⁷

Um segundo aspecto por demais evidente é a queda dos ideais culturais. Época de declínio do pai, do viril, dos valores, das hierarquias, das identificações verticais. De crise do saber, dos sistemas de ideias. No mundo globalizado, são golpeadas de morte as tradições que se passam de geração a geração, os ideais que cingem e concernem povos, nações ou regiões, os costumes ou ritos que caracterizam seitas ou grupos. Caminha-se mais e mais para o *standard*, e as carências que eram aplacadas pelos ideais culturais passam a ser apaziguadas pelo gozo consumista. O consumo é a quinta-essência do mundo globalizado. Um bom paradigma seria a Coca-Cola, ou o Mc Donald's. Gozo fácil, democratizado, universalizado.

Conforme foi dito, o supereu freudiano é uma instância que traz mal-estar para o sujeito, mas que contribui para reforçar o cimento da cultura. Os ideais culturais, da mesma forma, têm poderosa influência aglutinadora. Se entram em declínio, ou mesmo em queda livre, é preciso que outros meios sejam mobilizados para a tarefa de conciliar o homem com a cultura. Com o enfraquecimento da interdição e com a liberação dos costumes, não apenas as pulsões sexuais são franqueadas, como também, em boa parte, as destrutivas. Reduz-se a insatisfação, mas fica fortalecida a tendência antissocial.

Ora, se para Freud a civilização se assenta na imposição coercitiva do trabalho e na renúncia à satisfação das pulsões, o que se verifica na atualidade é que apenas o primeiro item se mantém. Ou seja, o trabalho obrigatório continua a vigorar em escala planetária, e constitui, talvez, nos dias de hoje, a maior fonte de mal-estar na civilização. Que novos recursos a civilização utiliza, então, como estratégia para se manter, ou como forma de compensação?

Não há dúvida de que a principal resposta é o gozo consumista, já mencionado. Tem havido, em âmbito quase universal, um aumento da produtividade e uma democratização do acesso aos bens, em escala nunca antes vista. Todavia, embora as disparidades sociais tenham sido reduzidas, elas continuam grandes e podem converter-se em fator de dispersão.

Por seu turno, não devem passar despercebidos o renascimento e a reedição do fervor religioso, cuja eficácia na conciliação do sujeito com a cultura é bastante reconhecida.

⁷ MILLER, J.-A. O sintoma e o cometa (p. 10). In: *Opção lacaniana*, n. 19. São Paulo: Edições Eólia, 5-13, agosto 1997.

Um último aspecto deve ser ressaltado. Na época contemporânea, com a decadência das instâncias subjetivas que limitavam as tendências sexuais e agressivas, a sua regulação passa a depender muito mais de um controle social, exterior ao sujeito. Deve ser apontada, então, uma nova ênfase na ordem policial e jurídica, além de outros procedimentos que serão apenas citados: os meios de avaliação.

ÉPOCA CONTEMPORÂNEA

PILAR DA CULTURA	RECONCILIAÇÃO DO HOMEM COM A CULTURA
Imposição coercitiva do trabalho	Gozo consumista Reedição do fervor religioso Ênfase na ordem policial e jurídica Meios de avaliação

O TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE E A DOENÇA

O principal pilar da civilização atual, portanto, é a imposição coercitiva do trabalho. Historicamente, a forma mais extrema de imposição é o trabalho escravo, cuja existência remonta aos primórdios da cultura. Ao longo dos últimos séculos houve uma revolta contra esse tipo de opressão, que resultou na criação de uma série de direitos do trabalhador, amparados por legislação específica. Serei breve. Não pretendo ensinar Pai Nosso para o vigário. Foi uma conquista tão expressiva, no sentido de aliviar o fardo imposto pela civilização, que algumas almas ingênuas chegaram a acreditar haver sido a escravidão varrida da face da Terra. Eis um lado da questão.

Mas, como toda questão, existe outro lado, ou outros lados. Na oposição sujeito *versus* civilização, os direitos trabalhistas, que foram feitos para proteger, podem ser usados como instrumento para manifestar a hostilidade do sujeito em relação à cultura. Em outros termos, ele busca um meio de lançar mão do arcabouço legal para expressar sua revolta em relação ao trabalho obrigatório. Em última análise, ele procura usufruir os benefícios da cultura, sem, entretanto, arcar com o ônus que ela implica. Um modo bastante eficaz de realizar tal proeza é por meio da doença. Ao adoecer, o sujeito se livra do trabalho, sem renunciar ao bem-estar na civilização.

Lacan observa que nem sempre o que o paciente demanda do médico é a cura. Às vezes, ele desafia o médico a retirá-lo de sua condição de enfermo - o que implica estar ligado à ideia de conservá-la. Outras vezes, demanda explicitamente do médico que o autentique como enfermo. Ou, ainda, que lhe preserve em sua enfermidade. Além do mais, não é necessário ser psicanalista, sequer médico, para saber que, quando alguém demanda algo, isso não é idêntico, e às vezes é

inclusive diametralmente oposto àquilo que se deseja. Introduce-se, assim, a estrutura da falha que existe entre aquilo que se demanda e aquilo que verdadeiramente se deseja.⁸

Fica a pergunta instigadora: o que levaria o paciente a desafiar o médico a retirá-lo de sua condição de enfermo, a querer conservá-la, ou a demandar que o médico a autentique? Pode ser estranho para alguns, mas, na verdade, é constatação corriqueira. E há mais de uma resposta para a pergunta. A psicanálise prioriza o exame das motivações inconscientes do fato, mas, aqui e agora, pretendo continuar a abordar o tema na sua relação com o trabalho. Em outras palavras: ser considerado enfermo como uma estratégia para evitar o trabalho.

Alguém poderia discordar: a doença, porém, tem um substrato anatômico e fisiológico, que pode servir de base para uma definição precisa e isenta de segundas intenções. A afirmação precedente é verdadeira. Não obstante, como toda verdade, não é uma verdade absoluta, é uma meia-verdade. De fato, as doenças, no sentido estritamente médico, têm uma inequívoca base anatômica e fisiológica: como é o caso, por exemplo, do câncer, da cirrose hepática, da doença de Alzheimer, do *diabetes mellitus*. O argumento, portanto, pelo menos em parte, é poderoso.

Antes de continuar, uma pequena digressão. A entrada na fase científica, que ocorreu há menos de um século, produziu rápida mudança na medicina e na função do médico. Considerarei dois aspectos dessa transformação.

Em primeiro lugar: criou-se uma nova concepção de corpo, numa evolução que caminha para situá-lo na expectativa de ser inteiramente fotografado, radiografado, calibrado, diagramado e condicionado. O corpo passou a ser considerado como um sistema homeostático, em sua pura presença animal, o que já foi chamado com justeza de corpo-máquina. A medicina sabe cada vez mais sobre partes cada vez menores desse corpo-máquina, cujas leis e funcionamento vêm sendo desvendados de forma minuciosa e precisa. No final do século XX, o progresso exponencial dos recursos tecnológicos permitiu uma dissecação virtual *in vivo*, que, além do mais, mudou o recorte do corpo. Houve uma fragmentação, um estilhaçamento produzido pelo discurso científico. O avanço do conhecimento foi tamanho que só cabem a cada um o estudo e o domínio de um pequeno fragmento desse corpo.

Em segundo lugar: muito distante do personagem carismático da era pré-científica, o médico de hoje caminha para tornar-se, se já não se tornou, um técnico. Cada vez mais, é um especialista, num sistema que se equilibra criando o lugar do generalista. Eu disse generalista, que é diferente de clínico geral. A diferença está na eliminação do clínico. Com efeito, estaríamos num tempo em que não haveria mais lugar para a clínica? Em que a tecnologia teria estabelecido um acesso direto ao substrato anatômico ou fisiológico, dispensando qualquer mediação? É uma pergunta.

Duas grandes mudanças, portanto. Há algo comum nessas duas evoluções, que é a exclusão da subjetividade do examinado e do examinador. O que é, por sinal, uma das condições do discurso científico.

⁸ LACAN, J. (1985) *Psicoanálisis y medicina (1966)*. In: *Intervenciones y textos*. Buenos Aires: Manantial, p. 87.

A evolução que está sendo considerada apresenta nítidas vantagens. O saber médico desenvolveu-se de forma exponencial, no último século; muito mais do que nos dois milênios anteriores. E o poder de cura da medicina aumentou de maneira correspondente, traduzindo-se na produção de número infinito de agentes terapêuticos novos, que são colocados à disposição do público. Desenvolvimento científico que inaugura e põe, cada vez mais em primeiro plano, um novo direito do homem à saúde, que se motiva já em organização mundial. Mas - é preciso levar em consideração - há um preço a ser pago por isso. Algo ficou de fora com esse progresso. O que ficou de fora é precisamente aquilo de que a psicanálise se ocupa: o reino da subjetividade, o campo do desejo e do gozo.

Voltarei, agora, para onde estávamos: por que não reduzir a saúde e a doença a termos rigorosamente anatômicos e fisiológicos?

Por vários motivos. Em primeiro lugar: a oposição saúde-doença, enquanto oposição excludente, é muito precária. Cada um de nós não é preocupado saudável ou doente; muito pelo contrário, cada um de nós é mais bem situado como saudável e doente. A saúde e a doença são partes de um mesmo sistema. A doença está sempre presente na definição de saúde, nem que seja como possibilidade. A doença não é a negação da saúde, mas a sua mais fiel companheira. Saúde e doença coexistem em cada um de nós, nas mais variadas proporções, e só em circunstâncias limitadas impedem a capacidade de trabalho.

Em segundo lugar: o problema maior é que o que chamamos de saúde ou doença não inclui apenas aspectos anatômicos e fisiológicos, ditos objetiváveis, mas, também, aspectos subjetivos, que escapam a qualquer verificação objetiva. Não é necessário ir muito longe: o mais importante de todos os sintomas médicos, a dor, é inteiramente subjetiva: não há como fotografá-la, medi-la, registrá-la. A dificuldade começa aí, mas vai muito longe: quando entram em cena as doenças ditas mentais, das quais se ocupam a psiquiatria, a possibilidade de um substrato anatômico-fisiológico característico cessa quase que inteiramente de existir. Nem mesmo a mais grave das doenças mentais, a esquizofrenia, pode ser caracterizada em termos anatômicos e fisiológicos. Enquanto que, para a medicina, existe uma normatividade biológica, no caso da psiquiatria o que serve de fundamento é a norma social. Com efeito, é a partir dela que se constituem os chamados transtornos mentais e do comportamento. No terreno assim delineado, o poder determinante dos impulsos e dos desejos tem um peso muito maior. Tentarei traduzir em palavras uma das possibilidades que estou vislumbrando. Um transtorno mental pode ser vivido não apenas como um estorvo, mas como uma estratégia pela sobrevivência. Isso é válido para qualquer doença, mas, no caso do transtorno mental, sequer existe um substrato anatômico e fisiológico que sirva de parâmetro confiável. Onde termina o impedimento causado pela limitação e pelo sofrimento, e onde começa a manobra pelo benefício secundário, essa é uma questão difícil de decidir, em que pese a sua frequência.

A complexidade dessa questão tem sido agravada pelas diretrizes que norteiam a atual Classificação Internacional de Doenças (CID-10), adotada pela Organização Mundial de Saúde e inspirada no Manual Diagnóstico e Estatístico (DSM), da Associação Psiquiátrica Americana. A primeira edição do DSM saiu em 1952. O seu advento é rigorosamente paralelo ao advento do psicofármaco moderno. E a história de um não pode ser concebida sem a história do outro.

O DSM é a substituição das grandes categorias nosológicas de outrora por um grande número de síndromes ou sintomas-alvo, cuja finalidade indisfarçável é servir melhor aos objetivos do tratamento medicamentoso. O psicofármaco, esse *gadget* poderoso do discurso da ciência, é a quinta - essência do DSM.

A psiquiatria que prevaleceu no século passado até os anos 80 tinha uma preferência inequívoca pelo diagnóstico único. Além disso, tal como a medicina, tinha uma preferência pela monoterapia medicamentosa. Quer dizer, sempre que possível, um único diagnóstico e um único medicamento. A psiquiatria que se tornou hegemônica na virada do século, e que adota a Classificação Internacional, tem uma nítida vocação para o diagnóstico múltiplo, para a multiplicação das comorbidades. A pulverização dos diagnósticos é de tal ordem que dificilmente alguém escapa de um ou mais rótulos sindrômicos. Também no plano terapêutico há diferença: a sua opção preferencial é pela polifarmácia. Cada vez mais a receita é um coquetel de psicofármacos.

O assédio da indústria farmacêutica, que atinge amplamente a medicina, é mais evidente em relação à psiquiatria. A estratégia é considerar cada sintoma como um “transtorno”, dar-lhe um nome grave e sonoro, além de batizá-lo com uma sigla. Assim, por exemplo, a tensão pré-menstrual tornou-se transtorno disfórico pré-menstrual ou TDPM; a impotência sexual tornou-se disfunção erétil ou DE. O objetivo é óbvio: associar cada um desses diagnósticos ao uso de um medicamento. O caso da timidez é esclarecedor. Em 1980, no DSM III, ela foi incluída como fobia social. Em 1994, no DSM IV, passou a ser chamada de transtorno de ansiedade social. Tratada com o medicamento Paxil, este se tornou um fenômeno em matéria de vendas. O *marketing* trabalha com eficácia para fazer acreditar que só existem dois tipos de pessoas: as que precisam de psicofármacos e as que ainda não sabem disso.

A teoria inconfessa do DSM é esta: criar uma classificação que sirva à prática da medicação. E a etiologia que o DSM subentende é esta: cada condição psiquiátrica é causada por um desequilíbrio bioquímico em última análise de natureza genética. É claro que a etiologia postulada induz subrepticamente ao uso de remédios.

MEDICINA	PSIQUIATRIA
Doença	Doença mental
Normatividade biológica	Normatividade social
Substrato anatômico e fisiológico: necessário	Substrato anatômico e fisiológico: contingente
Subjetividade: função coadjuvante	Subjetividade: função preponderante

DISCUSSÃO

Farei breve recapitulação de algo que já foi apresentado de modo sumário. Para Freud, a civilização ou cultura assenta-se em dois pilares: a imposição coercitiva do trabalho e a renúncia à satisfação pulsional, razão pela qual cada homem se torna seu inimigo potencial. Além das restrições impostas a todos, existem outras, que somente atingem determinadas classes sociais. No entanto, aspirar à supressão da cultura é grave miopia: sem ela, o que sobrevém é a barbárie.

Que meios a civilização utiliza para se manter, ou para conciliá-la com cada um de seus integrantes?

Freud menciona o supereu, instância psíquica do sujeito que representa a lei paterna, ou a interiorização dos mandamentos da cultura.

Apresenta também os ideais culturais, mediante os quais os oprimidos se identificam com os que os dominam e exploram.

Inclui, finalmente, as representações religiosas, que derivam do complexo paterno (ambivalência, ou amor e ódio em relação ao pai), e cuja finalidade é proteger o homem das ameaças da natureza e do destino, principalmente da morte, e dos danos da própria vida em sociedade, reconciliando-o com a cultura.

Freud comenta que a religião apresenta os mandamentos da cultura como de autoria divina e obtidos graças à revelação. E acrescenta: a civilização daria um grande passo se reconhecesse sua origem humana; eles perderiam sua santidade e sua rigidez, e, em vez de aboli-los, os homens lutariam para aperfeiçoá-los. Perspectiva que, sem dúvida, reforçaria a importância da ordem jurídica na referida função conciliadora. O pai da psicanálise, porém, não se entusiasma com sua proposta, e permanece céptico quanto ao futuro da humanidade.

A cultura, nos dias atuais, está muito diferente da época de Freud. A emancipação da mulher e a liberação dos costumes apontam para o seguinte: declínio do pai e queda dos ideais. Há o franqueamento não só das pulsões sexuais, mas, também, das destrutivas.

A civilização sustenta-se, então, num pilar principal: o trabalho imposto.

E com que novos meios ela conta, para compensar tão expressivas perdas?

O mais poderoso é o gozo consumista, com o bem-estar que ele traz. No entanto, é um gozo insaciável (como todo gozo), e traz novos problemas.

Outro recurso é o renascimento ou a reedição do fervor religioso, com os conflitos que ele suscita.

Finalmente, não há como desconhecer a nova ênfase no controle social a partir de agentes exteriores ao sujeito, devido à decadência do agente limitador interno (supereu freudiano) e à queda dos ideais culturais. Nesse contexto, situa-se o papel da ordem policial e jurídica.

O resumo apresentado deixa claro: o trabalho, como o principal pilar de sustentação da civilização contemporânea, e a ordem jurídica, como importante mediadora do conflito do homem com a cultura.

No horizonte, dois grandes riscos. O primeiro é aquele em que a cultura esmaga o homem. É a escravidão, é a ditadura. O segundo é aquele em que o homem esmaga a cultura. É a lei do mais forte, é a barbárie.

No campo mais restrito do trabalho, ou dos direitos trabalhistas, surge a questão da doença. O que foi feito para proteger o trabalhador pode por ele ser

usado como arma contra a cultura. Não há solução fácil para nenhuma dessas questões.

Talvez seja esta a principal contribuição da psicanálise ao Direito: problematizar, mostrar quanto é complexo e difícil o seu trabalho. Como se isso fosse ainda necessário...

A contribuição da psicanálise ressalta ainda outro aspecto. Perante a ética da psicanálise, cada caso é rigorosamente único, cada caso é rigorosamente diferente do outro. O que prevalece é o um a um. Ora, sabe-se, por outro lado, que a lei é regra de alcance geral, perante a qual todos são iguais. Existe, desse modo, uma distância e uma tensão entre o universal da lei e o singular do caso único. Como enfrentar esse impasse? Fica o desafio, que tem como horizonte a hermenêutica jurídica.

Freud afirmava que a psicanálise, diferente da religião, não trouxe a boa nova. E muitos avaliam que em Freud e na psicanálise há pessimismo. Não é bem assim. Apenas não se perde de vista nossa fragilidade fundamental diante dos grandes desafios, por maior que seja a nossa força. Ou a nossa ignorância fundamental diante dos grandes mistérios, por maior que seja a nossa sabedoria.

Certa feita, o fundador da psicanálise enumerou três tarefas impossíveis: governar, educar, psicanalisar. Creio não ferir o espírito do seu texto ao acrescentar uma quarta tarefa impossível: julgar.